



PREFEITURA DE
SIMÃO DIAS
NOSSA FORÇA, NOSSA GENTE.

SECRETARIA MUNICIPAL
CONTROLE INTERNO
(SEMCI)



Página 1 de 17

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

2º TRIMESTRE DE 2025

SIMÃO DIAS/SE
JUNHO/25



SUMÁRIO

I. INFORMAÇÕES	3
II. INTRODUÇÃO E OBJETO	3
III. FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.	3
IV. PLANEJAMENTO	4
4.1. DO ORÇAMENTO	4
V. RESULTADO DO CONTROLE:	5
5.1. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	5
5.1.1. Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada	5
5.2. Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Realizada	7
5.3. Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga	9
VI. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)	10
6.1. Limite com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida	10
6.1.1. Subsídios	10
6.1.2. Despesas Com O Poder Legislativo	10
6.2. Relatórios bimestrais	11
6.3. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)	11
6.4. Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	11
6.5. Aplicação do limite mínimo constitucional para aplicação em Ações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	12
6.6. Diárias	12
6.7. Recomendações e/ou notificações emitidas pela Controladoria	13
VII. PATRIMÔNIO	14
7.1. Bens Móveis	14
7.2. Almoxarifado	14
VIII. OUVIDORIA	14
IX. ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES	16
X. CONCLUSÃO	16
CERTIDÃO	17



I. INFORMAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prefeito: **CRISTIANO VIANA MENESES**

Endereço: Rua Presidente Vargas nº 129, Centro, Simão Dias/SE - CEP: 49.480-000

Telefone: (79) 3611-1382 / 3611-2218

Período de Exame: **01.04.2025 a 30.06.2025**

II. INTRODUÇÃO E OBJETO

Em estrito cumprimento ao mandamento Constitucional e às disposições da Lei Complementar nº 101/2000, Resolução TCE nº 206 de 1º de novembro de 2001, a Secretaria Municipal de Controle Interno deste Município, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao **2º TRIMESTRE** do corrente exercício, cujos resultados relatamos a seguir.

III. FONTES DE CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E ALCANCE.

Os trabalhos do controle interno foram conduzidos de acordo com os Princípios de Contabilidade Pública, assim como em respeito às normas e procedimentos constantes na Resolução nº 206/2001, de 1º de novembro de 2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

Na execução dos trabalhos, foram utilizados, principalmente, as seguintes fontes e critérios:

- Constituição Federal e Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal;
- Lei Federal n.º 4.320/1964 – Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações, Lei 10.520/2002 – Instituem normas para licitações e contratos na Administração Pública; Lei complementar n.º 101/2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei 14.133/2021 – Lei de Licitação e Contratos Administrativos que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas;
- Lei Municipal nº Lei nº 1.087/2024 de 25 de junho de 2024 - Diretrizes para o Exercício de 2025 – LDO;
- Lei Municipal nº Lei nº 1.102/2024 de 30 de dezembro de 2024 – Estima a receita e fixa a despesa para o Exercício Financeiro de 2025 – LOA;
- Lei Municipal nº 962/2021, de 13 de dezembro de 2021, institui o Plano Plurianual de Aplicação – PPA, para o período de 2022-2025;

Os principais procedimentos de controle utilizados foram os seguintes:

- Levantamento de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais no sistema Contábil, confrontando-os com a documentação suporte; Conferência de cálculo;
- Exames em Procedimentos Licitatórios, envolvendo Contratos, Termos Aditivos, Adesão a Ata de Registro de Preço, Inexigibilidade e Pregão Presencial.



- Exame nos Documentos de Receitas;
- Certificação do Repasse da Prefeitura Municipal;
- Exame nos controles do material permanente;
- Exame nos controles do material de consumo;
- Análise no cumprimento as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Exame de Convênios e prestação de Contas.

Os trabalhos do controle interno abrangem o período de **01.04.2025 a 30.06.2025** e alcançaram as áreas a seguir relacionadas:

- Orçamento inicial e suas alterações;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Contabilidade;
- Licitações
- Atividades da Ouvidoria Municipal.

IV. PLANEJAMENTO

4.1. DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício financeiro de **2025** foi aprovado pela **Lei Nº 1.102/2024 de 30 de dezembro de 2024**, alocando recursos na ordem de **R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais)**, os quais correspondem aos dois poderes que compõem a Administração Pública Municipal, estando assim distribuídos:

RECEITAS CORRENTES		VALOR R\$
1100	RECEITA TRIBUTÁRIA	14.938.090,00
1200	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.822.000,00
1300	RECEITA PATRIMONIAL	168.100,00
1600	RECEITA DE SERVIÇOS	1.000,00
1700	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	167.550.760,00
1900	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.000,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		185.483.950,00
RECEITAS DE CAPITAL		VALOR R\$
ALIENAÇÃO DE BENS		903.000,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL		1.120.050,00



TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.023.050,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	187.507.000,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA – RENÚNCIA	0,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA – DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00
(-) DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	17.507.000,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES	17.507.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA (LÍQUIDA)	170.000.000,00

Durante o período em questão, foram abertos créditos adicionais que totalizaram R\$ 84.737.038,35 e, simultaneamente, foram anulados R\$ 52.639.885,86. O resultado da diferença trata do decreto de superávit e excesso apurados no período.

V. RESULTADO DO CONTROLE:

Da análise efetuada, constatamos que durante o trimestre foram elaborados demonstrativos de acordo com os Princípios da Contabilidade Pública, as Normas Gerais de Direito Financeiro preconizadas na Lei N° 4.320 de 17 de março de 1964, e as Instruções e Resoluções editadas pelo Tribunal de Contas do Estado, com observâncias aos aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais.

5.1. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1.1. Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada

Os dados a seguir demonstram que a Receita Arrecadada para o período avaliado foi de **R\$ 51.044.536,23 (cinquenta e um milhões, quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos)**.

Demonstrativo da Receita Estimada e Arrecadada	ESTIMADA NO EXERCÍCIO	ARRECADADA NO PERÍODO	DIFERENÇAS
RECEITAS CORRENTES	185.483.950,00	52.861.979,01	-88.027.634,53
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-17.507.000,00	-4.289.213,58	-8.981.945,49
RECEITAS DE CAPITAL	2.023.050,00	2.490.300,00	567.250,00
RESTITUIÇÃO RECEITAS CORRENTES	0,00	-18.529,20	-48.824,13
TOTAL	170.000.000,00	51.044.536,23	-78.527.263,17



A tabela a seguir, demonstra a Receita Orçamentária por Fonte de Recursos, por meio de um demonstrativo sintético, dos dados consolidados:

Receita Orçamentária por Fonte de Recurso – Demonstrativo Sintético DE 01/04/2025 à 30/06/2025					
FONTE DE RECURSOS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Arrecadação		Diferenças
			No Período	Acumulado	
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	62.129.490,00	62.129.490,00	20.040.754,55	40.159.301,00	-21.970.189,00
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	12.607.000,00	12.607.000,00	0,00	0,00	-12.607.000,00
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	10.328.600,00	10.328.600,00	17.054,48	30.161,67	-10.298.438,33
15010000 – Outros recursos não vinculados	1.077.300,00	1.077.300,00	262.491,98	799.387,87	-277.912,13
15400001 – transferências do FUNDEB – impostos e transferências de impostos	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	-42.000,00
15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	44.210.000,00	44.210.000,00	10.671.546,08	21.227.628,95	-22.982.371,05
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	395.000,00	395.000,00	230.603,72	790.139,87	395.139,87
15421070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	2.477.000,00	2.477.000,00	44.448,97	44.448,97	-2.432.551,03
15430000 – Transferências do FUNDEB – complementação da União	7.000,00	7.000,00	532.282,69	996.013,00	989.013,00
15500000 - Transferência do Salário-Educação	1.508.000,00	1.508.000,00	618.079,17	1.400.923,69	-107.076,31
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	12.000,00	12.000,00	1.463,13	1.545,05	-10.454,95
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	804.000,00	804.000,00	80.311,07	240.311,07	-563.688,93
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	1.102.000,00	1.102.000,00	73.873,16	308.003,07	-793.996,23
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	272.000,00	272.000,00	25.166,24	46.972,00	-225.028,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	228.000,00	228.000,00	659,04	2.308,74	-225.691,26
15760000 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	9.000,00	9.000,00	20.709,03	40.079,78	31.079,78
15990000 - Outros Recursos Vinculados à Educação	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	-1.000,00
15993110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	-1.000,00
15993210 – Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	691,43	1.296,69	1.296,69
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	12.283.000,00	12.283.000,00	3.183.160,60	6.341.155,93	-5.941.844,07
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação na Rede de Serviços Públicos de Saúde	27.000,00	27.000,00	1.288,85	1.231,46	-25.768,54
16040000 - Transferências provenientes do governo federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	5.200.000,00	5.200.000,00	36.432,00	145.728,00	-5.054.272,00
16050000 – Assistência financeira da união destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	1.120.000,00	1.120.000,00	251.716,84	490.053,95	-629.946,05
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	200.000,00	200.000,00	32.866,20	51.822,79	-148.177,21
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	4.000,00	4.000,00	500.000,83	500.514,49	496.514,49



16320000 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	-1.000,00
16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	3.206.500,00	3.206.500,00	1.929.068,44	2.329.070,32	-877.429,68
16593120 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	604.000,00	604.000,00	0,00	0,00	-604.000,00
16593210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	729.000,00	729.000,00	1.021.760,61	1.043.341,93	314.341,93
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.064.310,00	2.064.310,00	251.379,65	458.379,65	-1.605.930,35
16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	799.300,00	799.300,00	159.012,67	317.638,96	-481.661,04
16650000 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	344.300,00	344.300,00	0,00	661,58	-343.638,42
16690000 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	-3.000,00
16693110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	-3.000,00
16693210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	3.000,00	3.000,00	0,00	500.000,00	497.000,00
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	326.200,00	326.200,00	785.945,83	796.388,62	470.188,62
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	54.000,00	54.000,00	25.299,93	50.821,65	-3.178,35
17040000 - Transferência da União referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	631.000,00	631.000,00	311.070,92	640.039,13	9.039,13
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e gás Natural	2.000,00	2.000,00	49.455,68	104.898,74	102.898,74
17063110 - Transferências Especial da União	748.000,00	748.000,00	21.996,58	42.591,79	-705.408,21
17103210 - Transferência Especial dos Estados	331.000,00	331.000,00	3.081,77	105.942,18	-225.057,82
17150000 Transferências dest. Ao setor cultural - Audiovisual	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	-165.000,00
17160000 Transferências dest. Ao setor cultural - demais setores da cultura	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	-135.000,00
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei 14.399/202	0,00	0,00	7.979,28	13.038,13	13.038,13
17200000 - Transferências da União Referentes às Participações da Exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	0,00	0,00	2,03	2,03	2,03
17480000 - Outras Vinculações de transferências dos Estados	0,00	0,00	8.672.726,34	9.369.278,32	9.369.278,32
17490000 - Outras Vinculações de Transferências	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	-15.000,00
17500000 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	56.000,00	56.000,00	14.152,03	28.144,03	-27.855,97
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	2.832.000,00	2.832.000,00	934.614,10	1.818.941,48	-1.013.058,52
17550000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	903.000,00	903.000,00	232.929,10	234.529,55	-668.470,45
Total da receita	170.000.000,00	170.000.000,00	51.044.536,23	91.472.736,83	-78.527.263,17

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

5.2. Demonstrativo da Receita Arrecadada e Despesa Realizada

O quadro abaixo evidencia um comparativo de Receita e Despesa Realizada por fonte:

Comparativo Receita e Despesa Realizada por Fonte – Consolidado (De 01/04/2025 à 30/06/2025)				
Fonte de Recursos	Receita Arrecadada	Despesa		
		Empenhada	Liquidada	Paga
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos	20.040.754,55	2.156.780,91	11.941.423,24	11.459.472,03
15001001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	0,00	1.022.257,62	3.414.469,40	3.019.639,48
15001002 - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde	17.054,48	5.724.431,60	4.612.651,91	4.581.966,58
15010000 - Outros Recursos não Vinculados	262.491,98	495.000,00	117.868,31	117.868,31



15401070 - Identificação do percentual aplicado no pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	10.671.546,08	-334.300,00	10.391.758,66	10.391.758,66
15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	230.603,72	0,00	0,00	0,00
15421070 - Identificação do percentual aplicado do pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício	44.448,97	493.000,00	491.382,75	491.382,75
15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	532.282,69	748.000,00	744.917,03	744.917,03
15500000 - Transferência do Salário-Educação	618.079,17	-48.965,68	803.866,91	787.139,16
15510000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	1.463,13	0,00	0,00	0,00
15520000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	80.692,73	0,00	187.619,17	166.630,25
15530000 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	73.873,16	0,00	158.667,20	158.667,20
15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	25.166,24	5.034,41	4.171,76	0,00
15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convenios e Instrumentos Congêneres vinculados Educação	659,04	0,00	0,00	0,00
15760000 - Transferências de recursos dos Estados para Programas de Educação	20.709,03	494.438,37	227.169,95	227.169,95
15993210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	691,43	0,00	0,00	0,00
16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manut. Das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.183.160,60	3.033.765,44	2.401.535,62	2.299.626,17
16010000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes	1.228,85	0,00	0,00	0,00
16040000 - Transferências Provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	36.432,00	907.723,00	774.474,33	774.474,33
16050000 - Assistência financeira da União destinada ao pagamento dos pisos salariais profissionais da enfermagem	251.716,84	811.415,19	249.191,11	249.191,11
16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	32.866,20	3.712,80	4.998,00	5.670,00
16310000 - Transferências do Governo Federal referentes a convênios e instrumentos congêneres vinculados à saúde	500.000,83	0,00	0,00	0,00
16593110 - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais	1.929.068,44	3.226.067,68	1.685.088,58	1.687.413,78
16593210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	1.021.760,61	109.302,76	298.570,51	290.475,87
16600000 - Transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	251.519,20	354.237,82	401.733,00	385.623,92
16610000 - Transferência de recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	159.012,67	19.043,95	180.729,27	178.452,03
16650000 - Transferências de convênios e instrumentos congêneres vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	51.540,00	51.540,00
16690000 - Outros recursos vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	54.005,98	54.005,98
16693210 - Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais	0,00	108.000,00	71.923,46	71.923,46
17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	785.945,83	0,00	0,00	0,00
17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	25.299,93	0,00	0,00	0,00
17040000 - Transferências da União referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	311.070,92	0,00	0,00	0,00
17050000 - Transferência dos Estados Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	49.455,68	0,00	0,00	0,00
17063110 - Transferências Especial da União	21.996,58	0,00	0,00	0,00
17103210 - Transferência Especial dos Estados	3.081,77	0,00	0,00	0,00
17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	5.979,28	274.250,00	274.250,00	274.250,00
17200000 - Transferências da Política Aldir Blanc de fomento à cultura - Lei 14.399/2022	2,03	0,00	0,00	0,00



17480000 – Outras Vinculações de Transferências dos Estados	8.672.726,34	4.474.056,33	2.970.601,70	2.970.601,70
17500000 – Recursos da Contribuição de Intervenção no Domicílio Econômico - CIDE	14.152,03	0,00	0,00	0,00
17510000 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	934.614,10	2.938.718,91	606.763,32	606.763,32
17550000 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	232.929,10	0,00	138,00	138,00
TOTAIS:	51.044.536,23	27.016.442,37	43.121.609,17	42.046.761,07
Fonte dos dados: Sistema Contabilis				

5.3. Demonstrativo da Despesa Realizada, Liquidada e Paga

A Despesa empenhada no período atingiu o montante de **R\$ 120.430.411,82 (cento e vinte milhões quatrocentos e trinta mil quatrocentos e onze reais oitenta e dois centavos)**. O total de despesas liquidadas no período importou em **R\$ 55.657.711,14 (cinquenta e cinco milhões seiscentos e cinquenta e sete mil setecentos e onze reais quatorze centavos)**. Do volume de despesas empenhadas e devidamente liquidadas, foi pago neste trimestre a importância de **R\$ 54.205.100,33 (cinquenta e quatro milhões duzentos e cinco mil cem reais trinta e três centavos)**, abaixo detalhamento na tabela resumo do acumulado no período:

DEMONSTRATIVO DA DESPESAS	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	LIQUIDADA A PAGAR
ACUMULADO	120.430.411,82	55.657.711,14	54.205.100,33	66.225.311,49

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

Na tabela a seguir registramos as Despesas Orçamentárias por Poder e Órgão, em um quadro demonstrativo, de dados consolidados:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER E ÓRGÃO - DEMONSTRATIVO – CONSOLIDADO												
Especificação	Dotação Inicial	Crédito		Dotação Atualizada	Empenhos		Liquidações		Pagamentos		Saldos	
		Adição	Anulação		No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	No Mês	Acumulado	A Pagar	Disponível
Poder Executivo	163.200.000,00	84.737.038,35	52.639.885,86	195.297.152,49	27.016.442,37	159.622.108,94	43.121.609,17	77.676.911,46	42.046.761,07	75.935.655,22	83.686.453,72	35.675.043,55
02000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS	120.631.790,00	62.175.937,93	38.915.097,27	143.892.630,66	12.125.348,04	120.430.411,82	31.159.454,85	55.657.711,14	30.288.323,90	54.205.100,33	66.225.311,49	23.462.218,84
03000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	34.003.100,00	18.863.115,08	10.646.803,25	42.219.411,83	13.816.418,47	10.026.510,06	18.406.792,21	9.888.817,84	18.261.645,76	12.757.912,51	12.757.912,51	11.199.853,56
04000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO	8.565.110,00	3.697.985,34	3.077.985,34	9.185.110,00	1.074.675,86	8.172.138,85	1.935.644,26	3.612.408,11	1.869.619,33	3.468.909,13	4.703.229,72	1.012.971,15
0100 - CAMARA MUN. DE VEREADORES	6.800.000,00	200.000,00	200.000,00	6.800.000,00	259.995,70	5.429.744,01	1.351.362,36	2.670.955,67	1.351.362,36	2.670.955,67	2.758.788,34	1.370.255,99
Total Geral:	170.000.000,00	84.937.038,35	52.839.885,86	202.097.152,49	27.276.438,07	165.051.852,95	44.472.971,53	80.347.867,13	43.398.123,43	78.606.610,89	86.445.242,06	37.045.299,54

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

Após análise dos dados demonstrados, foi orientado aos ordenadores que eles podem programar suas despesas **observando o orçamento e a disponibilidade de caixa** para custeá-las, fazendo cumpri dessa



forma o **princípio do equilíbrio orçamentário**. E o dispositivo do §1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei 101/2000.

5.3.1. Restos a pagar

A partir dos registros encontrados contabilizados foi levantado um volume de restos a pagar consolidados para demonstração. Foi destacada a importância de analisar esses informes e traçar uma estratégia para a sua quitação e /ou regularização de acordo com cada caso.

5.3.2. Repasse das receitas retidas

As receitas retidas estão sendo feito um controle rigoroso, pois estas não pertencem ao município e devem ser repassadas ao seu proprietário final, para se evitar problemas com apropriação indébita de **consignações, pensão alimentícia, contribuições sociais e patronais** dentre outras.

5.3.3. Conciliações Bancárias

Seguiremos orientando a necessidade de regularização das conciliações existentes, considerando ainda que as conciliações não devem jamais ser ultrapassado o período de 90 dias.

VI. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, visando manter o equilíbrio entre as receitas arrecadas e as despesas realizadas. A seguir apresentamos comentários sobre os pontos específicos:

6.1. Limite com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida

Os gastos realizados com pessoal considerando o relatório do quadrimestre RGF representam **50,24%** de um limite prudencial de **51,30%** e limite legal de **54%** levantamento feito pela equipe técnica de contabilidade do município com base na resolução nº 320 e nº 321.

OBS: Conforme Resoluções 320 e 321/2019 do TCE/SE dispõe sobre a incidência de recursos transferidos pela União por intermédio de programas federais no cálculo das despesas com pessoal nos municípios do Estado de Sergipe estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

6.1.1. Subsídios

Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário para a atual legislatura foram fixados através da Lei nº 1.085, de 25 de junho de 2024, em **R\$ 39.607,68 (trinta e nove mil seiscientos e sete reais e sessenta e oito centavos)**, **R\$ 26.405,12 (vinte e seis mil quatrocentos e cinco reais e doze centavos)** e **R\$ 9.901,92 (nove mil novecentos e um reais noventa e dois centavos)** respectivamente.

6.1.2. Despesas com O Poder Legislativo

O Total da despesa com o Poder Legislativo Municipal, considerando os repasses efetuados até o período em exame, atingiu o montante **de R\$ 3.083.449,62 (Três milhões oitenta e três mil quatrocentos e**



quarenta e nove reais sessenta e dois centavos). Assim, levando-se em consideração o valor já transferido e o limite máximo estabelecido pelo Art. 29-A, da Constituição Federal (7% da receita do exercício anterior), inclusive com todos os seus repasses efetuados dentro do exercício financeiro, conforme orientação legal, de modo que se cumpre o instrumento constitucional.

REPASSE PARA O LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SIMÃO DIAS/SE			
16/01/2025	1	Repassse para o legislativo - janeiro/2025	R\$ 513.908,27
17/02/2025	2	Repassse para o legislativo - fevereiro/2025	R\$ 513.908,27
17/03/2025	3	Repassse para o legislativo - março/2025	R\$ 513.908,27
16/04/2025	4	Repassse para o legislativo – abril/2025	R\$ 513.908,27
16/05/2025	5	Repassse para o legislativo – maio/2025	R\$ 513.908,27
17/06/2025		Repassse para o legislativo – junho/2025	R\$ 513.908,27
TOTAL DE REPASSE			R\$ 3.083.449,62
TOTAL REGISTROS:			06

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

6.2. Relatórios bimestrais

Identificamos os relatórios resumidos da Execução Orçamentária (bimestral), que foram elaboradas pelo contador e encaminhados ao TCE, em obediência à LRF.

6.3. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

Foram aplicados **R\$ 13.180.403,29 (treze milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e três reais e vinte e nove centavos)**, na manutenção e desenvolvimento do ensino, de um percentual exigido de 25% (vinte e cinco por cento). Informações estas obtidas através do Demonstrativo relatório resumido da execução orçamentária - RREO fornecido pela Equipe Técnica, o período até junho/2025.

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE E FUNDEB	VALOR - R\$
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)	13.180.403,29
Percentual aplicado	27,13%

Fonte dos dados: Sistema Contabilis

6.4. Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

Com relação ao Fundo de Desenvolvimento da Educação as Contribuições para formação do FUNDEB somaram um montante de **R\$ 22.314.387,24 (vinte e dois milhões, trezentos e quatorze mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos)**, de um percentual exigido 70% (setenta por cento),



informações estas obtidas através do Demonstrativo relatório resumido da execução orçamentária - RREO fornecido pela Equipe Técnica, o período até junho/2025.

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOL. DA EDUC. BÁSICA (FUNDEB)	VALOR - R\$
Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	22.314.387,24
Percentual aplicado	101,14%
Fonte dos dados: Sistema Contabilis	

6.5. Aplicação do limite mínimo constitucional para aplicação em Ações em Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Foram aplicados **R\$ 6.902.084,90 (seis milhões, novecentos e dois mil, oitenta e quatro reais e noventa centavos)**, em despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), de um percentual mínimo exigido de 15% (quinze por cento), informações estas obtidas através do Demonstrativo relatório resumido da execução orçamentária – RREO, fornecido pela Equipe Técnica, do período até junho/2025.

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	VALOR - R\$
Valor aplicado em ações e serviços de saúde	6.902.084,90
Percentual aplicado	14,21 %
Fonte dos dados: Sistema Contabilis	

Ficou abaixo da mínima prevista na Constituição Federal, ficando esse percentual a ser atingido nos trimestres seguintes. Por se tratar do trimestre inicial da retomada de despesas do exercício, que é um processo que naturalmente se equilibra no decorrer do ano.

6.6. Diárias

No período analisado foram concedidas diárias a servidores e agentes políticos, no valor **de R\$ 35.020,09 (trinta e cinco mil vinte reais nove centavos)**, concedidas e pagas com base nos valores fixados pela Lei Municipal nº 1.017, de 24 de abril de 2023, na Resolução 297/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e ainda a Instrução Normativa 04/2023, visando Regular o Procedimento para Concessão de Diárias e Ressarcimento de Despesas aos Servidores e Agentes públicos da Administração Direta e indireta do Município de Simão Dias/SE, quando em viagem a serviços de interesse da administração e dá outras providências.

A seguir construímos uma tabela resumo, com a demonstração das Diárias concedidas:

Especificação	Empenhos No Período	Liquidações No Período	Pagamentos No Período
	35.020,09	35.020,09	35.020,09
Total Geral:	35.020,09	35.020,09	35.020,09

Fonte dos dados: Sistema Contabilis



6.7. Recomendações e/ou notificações emitidas pela Controladoria

Demonstramos nesta seção, algumas recomendações, ofícios, notificações e outros atos emitidos nos termos das competências do Sistema de Controle Interno deste município aos órgãos a ele subordinados.

Nº do Documento	Data	Órgão notificado	Tema Abordado
Memorando -001/2025	07/01/2025	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento	Orientações para implementação do programa desenvolve Simão Dias e operacionalização do Fundo Municipal de Desenvolve Simão Dias
Memorando -002/2025	24/01/2025	Secretarias Municipais	Atualização dos valores das diárias de viagem dos agentes políticos do poder executivo, servidores públicos municipais da administração pública direta e indireta, e membros de conselhos municipais
Memorando -003/2025	24/01/2025	Secretarias Municipais	Convocação para reunião sobre a instrução normativa nº 02/2022/SEMCI
Memorando -004/2025	29/01/2025	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento e Departamento de Licitações e Contratos	Atualizações no portal do jurisdicionado – SAGRES referentes as licitações
Memorando -005/2025	06/02/2025	Departamento de Recursos Humanos	Registro de cessão de servidor
Memorando -006/2025	10/02/2025	Secretarias Municipais	Prestação de contas eletrônica mensal
Memorando -007/2025	11/02/2025	Secretaria Municipal de Saúde	Comunicação sobre a sanção da lei nº 1.103/2025 e providências a serem adotadas
Memorando -008/2025	11/02/2025	Secretaria Municipal de Saúde	Comunicação sobre sancionamento da lei nº 1.104/2025
Memorando -009/2025	11/02/2025	Departamento de Recursos Humanos	Comunicado sobre o sancionamento da lei nº 1.104/2025
Memorando -010/2025	11/02/2025	Departamento de Recursos Humanos	Sancionamento da lei complementar nº 1.105/2025
Memorando -011/2025	11/02/2025	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento	Sancionamento da lei complementar nº 1.105/2025
Memorando -012/2025	18/03/2025	Departamento de Recursos Humanos	Envio da lei complementar nº 1.106/2025 – reajuste do piso salarial do magistério público municipal
Memorando -013/2025	24/03/2025	Secretaria Municipal de Saúde	Recomendações de ações de prevenção e controle de arboviroses
Memorando -014/2025	124/03/2025	Secretarias Municipais	Atualização da carta de serviços ao usuário
Memorando -015/2025	28/03/2025	Secretaria Municipal de Finanças e Tributos	Comunicação sobre o snciamento da lei nº 1.108/2025
Memorando -016/2025	28/03/2025	Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Trabalho	Sancionamento da lei nº 1.109/2025 e providências para seu cumprimento
Memorando -017/2025	07/04/2025	Prefeito Municipal e Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento	Solicitação de informações acerca do ofício nº 029/2025 – DITEC/GP/TCE-SE
Memorando -018/2025	07/04/2025	Assessor Jurídico do Município	Solicitação de Parecer Jurídico – Ofício nº 029/202 – DITEC/GP/TCE-SE
Memorando -019/2025	05/05/2025	Secretarias Municipais	Solicitação de processos de pagamento de diárias
Memorando -020/2025	13/05/2025	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento	Comunicação de sancionamento da Lei Complementar nº 1.114/2025
Memorando -021/2025	14/05/2025	Secretaria Municipal de Educação	Comunicação de sancionamento da Lei Complementar nº 1.114/2025
Memorando -022/2025	19/05/2025	Secretaria Municipal de Inclusão, Assistência e Trabalho	Sancionamento da Lei nº 1.115/2025 – Criação da “Casa de Apoio – Simão Dias”



Nº do Documento	Data	Órgão notificado	Tema Abordado
Memorando -023/2025	29/05/2025	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo	Sancionamento da Lei Municipal nº 1.117/2025
Memorando -024/2025	29/05/2025	Secretaria Municipal de Saúde	Comunicação de sancionamento da Lei nº 1.117/2025 – Programa Banco de Rações
Memorando -025/2025	29/05/2025	Secretarias Municipais	Comunicação de sancionamento da Lei nº 1.119/2025 – Dia Municipal da Capoeira e do Capoeira
Memorando -026/2025	30/05/2025	Secretaria Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Orçamento	Sancionamento da Lei nº 1.122/2025 e nº 1.123/2025 e providencias decorrentes
Ofício - 001/2025	03/01/2025	Instituições bancárias do Município de Simão Dias	Comunicado sobre a publicação do decreto nº 179/2025
Ofício - 002/2025	16/01/2025	Assessoria Jurídica da EMGETIS ASJUR	Complementação de dados e documentos para ativação do e-mail institucional.
Ofício - 003/2025	10/04/2025	Procurador Geral do MPC/SE Eduardo Santos Rolemberg Côrtes	Solicitação de orientação sobre a utilização de recursos da outorga da DESO para aquisição de veículo equipado com cesto aéreo.
Ofício - 004/2025	10/04/2025	Assessor Jurídico do Município de Simão Dias Roberto Carvalho Andrade	Solicitação de orientação sobre a utilização de recursos da outorga da DESO para aquisição de veículo equipado com cesto aéreo.
Ofício - 005/2025	09/05/2025	Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE Diretoria Técnica – DITEC	Resposta ao Ofício nº 029/2025 – DITEC/GP
Ofício - 006/2025	29/05/2025	Câmara Municipal de Vereadores de Simão Dias	Encaminhamento de Leis sancionadas
Ofício - 007/2025	17/06/2025	Presidente da Câmara de Vereadores Vereadora Iralde Oliveira Souza	Encaminhamento de Leis sancionadas
Convocação – 001/2025	01/04/2025	Secretarias Municipais	Convocação para preenchimento dos formulários do IEGM/2025

VII. PATRIMÔNIO

7.1. Bens Móveis

Os bens móveis adquiridos no trimestre totalizaram **R\$ 3.698.818,84 (três milhões, seiscentos e noventa e oito mil oitocentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavo)**. Verificamos, por amostragem, os bens adquiridos e constatamos que foram devidamente tombados, conforme preceitua a Resolução TCE/SE nº 160/92.

7.2. Almoxarifado

O Almoxarifado encontra-se completamente informatizado, funcionando nos moldes preconizados pela Resolução TCE/SE nº. 160/92, com a emissão do “Demonstrativo das Variações Patrimoniais” mensal para ser lançado no sistema contábil. Mantém o Almoxarifado o registro dos bens adquiridos de forma individualizada, com sua competente descrição e preço de aquisição, objetivando um perfeito controle dos recebimentos, armazenamento e distribuição, de entrada e saída e de segurança de seus estoques.

VIII. OUVIDORIA

Apresentamos nesta seção informações importantes sobre o desenvolvimento deste importante instrumento de transparência pública. A Ouvidoria Municipal foi criada pela Lei Municipal nº 722, de



03 de maio de 2017, mais precisamente em seu artigo 68, no qual informou as suas competências, sendo elas:

- Estabelecer em canal de comunicação direta entre os cidadãos e o poder público municipal para receber e processar denúncias, reclamações, críticas e representações sobre atos considerados ilegais, arbitrários, desonestos ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do Município, empregados da Administração Indireta, agentes políticos, ou por pessoas, físicas ou jurídicas, que exerçam funções paraestatais, mantidas em recursos públicos;
- Verificar a pertinência das reclamações e denúncias, promovendo a real apuração dos fatos e propondo, aos órgãos da Administração, resguardadas as respectivas competências, a instauração de sindicâncias, inquéritos e outras medidas destinadas à apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal;
- Propor, com recurso “*ex-officio*” ao Prefeito Municipal, o arquivamento das denúncias que se revelarem inconsistentes ou infundadas;
- Divulgar, semestralmente, no órgão oficial municipal incumbido, um relatório com os resultados do trabalho realizado contendo os totais de ocorrências registradas, atendidas e pendentes, discriminando-as pelos respectivos órgãos da administração, bem como outras informações que julgar pertinentes.

Frise-se que a Ouvidoria Geral Pública Municipal faz parte da Estrutura Organizacional do Gabinete do Prefeito e de ordem deste, por considerar sua aderência as atividades da Controladoria, determinou a supervisão e acompanhamento das ações sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Controle Interno – SEMCI.

O Relatório Anual da Ouvidoria Geral Pública do Município de Simão Dias/SE é um meio de divulgação das principais ações realizadas pelo setor, e tem como objetivo dar transparência aos seus resultados. Os dados informados foram coletados a partir do sistema utilizado no tratamento das demandas apresentadas durante o período de **abril a junho de 2025** e a sua publicação observou a política de sigilo e de confidencialidade.

Na tabela abaixo constatamos a demanda decorrente do trimestre e os meios utilizados pelos cidadãos através da Ouvidoria Geral Pública do Município de Simão Dias/SE, onde recebemos um total de 130 manifestações, sendo que 75 delas foram Informações, 5 reclamações, 00 denúncias, 10 elogios, 33 solicitações e 07 sugestões.

TABELA DE MANIFESTAÇÕES (ABR A JUN 2025)

CLASSIFICAÇÃO	PRESENCIAL	E-MAIL	WEBSITE	WHATSAPP	TOTAL
INFORMAÇÃO	70	-	-	5	75
RECLAMAÇÃO	3	-	-	1	5
ELOGIO	8	-	-	2	10
DENÚNCIA	-	-	-	-	-
SOLICITAÇÃO	33	-	-	-	33
SUGESTÃO	07	-	-	-	07
TOTAL	121	0	0	8	130

A Ouvidoria é a interlocutora do Cidadão e da Gestão Municipal, fazendo a ponte entre os dois lados e mediando os conflitos em busca de uma solução que atenda a todos os envolvidos. Entendendo

que a partir das demandas se torna possível pensar nas melhorias dos serviços públicos prestados à sociedade.

A divulgação da Ouvidoria atualmente é feita pelo *Instagram* Oficial da Prefeitura Municipal de Simão Dias/SE e também pelo site institucional do município no endereço eletrônico: www.prefeiturasisimaodias.se.gov.br. O cidadão quando atenciosamente ouvido e devidamente tratado, se satisfaz com a certeza de que seus direitos estão sendo preservados e respeitados, pois exerceu sua cidadania e sua liberdade de expressão.

IX. ENTREGA DE INFORME MENSAL AO SAGRES

Atendendo as Resoluções TCS/SE nº 305 e 306/2017, foram entregues os informes mensais deste período, dentro dos prazos previstos nos referidos documentos.

X. CONCLUSÃO

Por meio do presente relatório, elucidou-se que o propósito subjacente à sua elaboração consistiu em avaliar a legalidade das transações operacionais realizadas pela Prefeitura Municipal de Simão Dias, Estado de Sergipe, com o intuito de proporcionar uma visão abrangente sobre o funcionamento do mencionado Poder Executivo.

Nesse contexto, o Controlador designado desempenhou uma função específica de supervisão, visando assegurar a conformidade com a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como as Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais. Ademais, elaborou-se o referido relatório com o propósito de subsidiar o Controle Externo, utilizando os dados coletados como um referencial para aprimorar a prestação de serviços públicos. Além disso, quando apropriado, expediram-se ofícios, memorandos, notificações e/ou recomendações administrativas, dentre outros instrumentos, com o intuito de alinhar a Administração às disposições legais, alertando e recomendando, no âmbito de nossa competência, as demais Secretarias, a fim de promover a estrita observância da legislação pertinente.

A análise dos dados referentes ao cumprimento dos percentuais legais destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e à Saúde evidencia a importância de observar os limites mínimos estabelecidos pelo art. 212 da Constituição Federal. Tais percentuais não apenas garantem a conformidade legal, mas também refletem o compromisso da gestão pública com a promoção de políticas sociais efetivas e o atendimento de qualidade à população. No entanto, observa-se que, até o 2º trimestre, os valores aplicados com a Saúde ainda permanecem abaixo do mínimo constitucional exigido. Ressalta-se, contudo, que já se percebe uma retomada gradual das despesas na área, com expectativa de que, nos próximos meses, o percentual seja regularizado e alcance os 15% estabelecidos. Em contrapartida, quanto ao MDE, constata-se o cumprimento do limite mínimo de 25%, com o percentual de aplicação registrado em 27,13% neste trimestre, demonstrando o comprometimento da gestão com a educação. O controle interno continuará acompanhando a evolução desses indicadores para assegurar a regularidade na aplicação dos recursos e o cumprimento das metas legais e sociais estabelecidas.



Isso resultou no alcance das metas e diretrizes estipuladas, sendo, portanto, o cumprimento das metas e prioridades estabelecidas consideradas pelo Controle Interno como uma observância das prescrições legais.

Diante do exposto, e com a finalidade de prestar apoio e respaldo ao Controle Externo no exercício de sua missão institucional, bem como de avaliar a legalidade e eficácia das ações relacionadas à execução orçamentária, encaminham-se as informações obtidas, as quais foram sumarizadas nos tópicos anteriores.

Informamos por fim, que os elementos que serviram de base para a presente análise e relatório estão devidamente arquivados por esta Secretaria, à disposição dos Órgãos de Controle Externo.

Simão Dias/SE, 30 de junho de 2025

IAGO HENRIQUE ROCHA DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Controle Interno
Decreto nº 003 de 02 de janeiro de 2025

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, o Relatório de Controle Interno, relativo ao 2º Trimestre do Exercício de 2025, apurou a função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº. 4.320/64, de 17/03/64, bem como às respectivas normas técnicas e procedimentos contábeis constantes na Instrução nº. 206/2001, de 01/11/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais, obedecendo, portanto, todos os parâmetros da Contabilidade Pública, em conformidade com a Legislação vigente, a fim de servir de suporte e apoio ao controle Externo, no cumprimento de sua missão institucional.

Simão Dias/SE, 30 de junho de 2025.

IAGO HENRIQUE ROCHA DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Controle Interno
Decreto nº 003 de 02 de janeiro de 2025